

Ingedore G. Villaça KOCH
IEL - UNICAMP

1. Introdução

Em estudos anteriores (KOCH, 1985, 1991, 1994, 1997), tratei de questões relativas à intertextualidade e à polifonia. Este trabalho tem por objetivo retomar, sempre na perspectiva da Lingüística Textual, algumas dessas questões, com o intuito de reiterar a (inevitável) presença do outro naquilo que dizemos ou escrevemos.

Foi devido a essa - necessária - presença que postulei a existência de uma intertextualidade e/ou polifonia em sentido amplo, constitutiva de todo e qualquer discurso, a par de uma polifonia e de uma intertextualidade "stricto sensu", esta última atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto.

Nos estudos mencionados, procedi a uma classificação dos vários tipos de intertextualidade e procurei estabelecer uma distinção entre os fenômenos da intertextualidade e da polifonia, quando tomados em sentido restrito. Procurarei, agora, aprofundar um pouco mais essa inves-

tigação. Assim, no item 2, tratarei especificamente da intertextualidade; e no item 3, apresentarei minhas considerações finais, retomando, rapidamente, alguns aspectos da relação entre intertextualidade e polifonia.

2. Intertextualidade

A intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou do *domínio estendido de referência* (cf. GARROD, 1985) dos interlocutores.

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, bem como, em situações de interação face-a-face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo.

Por outro lado, tem-se a intertextualidade implícita quando se introduz no texto intertexto alheio, sem qualquer menção da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de colocá-lo em questão, para ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário (valores a que GRÉSILLON & MAINGUENEAU, 1984, denominam *captção* e *subversão*, respectivamente). No primeiro caso, verificam-se paráfrases, mais ou menos próximas do texto-fonte; no segundo, incluem-se enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, formulações de tipo concessivo, entre outras.

Em se tratando de intertextualidade implícita, o que ocorre, de maneira geral, é que o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória enciclopédica, visto que, se tal não ocorrer, estará prejudicada a construção do sentido, particularmente no caso da subversão. Também nos casos de captação, a reativação do texto primeiro se afigura de relevância; contudo, por tratar-se de um parafraseamento mais ou menos fiel do sentido original, quanto mais próximo o segundo texto for do texto-fonte, menos necessária se fará a recuperação deste. Há até mesmo casos especiais em que tal recuperação se torna altamente indesejável: é aqui que se pode falar de plágio, como demonstrou CHRISTOFE (1996). Isto é, o plágio seria um tipo particular de intertextualidade implícita, com valor de captação, mas no qual, ao contrário dos demais, o produtor do texto espera - ou deseja - que o interlocutor não tenha na memória o intertexto e sua fonte - ou não proceda à sua ativação -, procurando, para tanto, camuflá-lo por meio de operações de ordem lingüística, em sua maioria de pequena monta. O plágio pode ser visto, pois, dentro dessa perspectiva, como o exemplo extremo da captação.

Na intertextualidade implícita com valor de subversão, por seu turno, a "descoberta" do intertexto torna-se crucial para a construção do sentido. Por serem os intertextos, de maneira geral, trechos de obras literárias, músicas populares bem conhecidas ou textos de ampla divulgação pela mídia, bordões de programas humorísticos de rádio ou TV, assim como provérbios, frases feitas, ditos populares, etc., tais textos-fonte fazem parte da memória coletiva (social) da comunidade, po-

dendo ser, em geral, facilmente acessados por ocasião do processamento textual - embora, evidentemente, não haja nenhuma garantia de que isso venha a acontecer.

No caso dos provérbios, frases feitas, ditos populares, a fonte é um enunciador genérico, representante da sabedoria popular, da opinião pública (a "vox populi", denominada ON por BERRENDONNER, 1981), de modo que a recuperação é praticamente certa. Já em se tratando dos demais tipos de textos-fonte - textos literários, jornalísticos, publicitários, políticos, bordões de programas humorísticos e outros -, o reconhecimento do intertexto é menos certo, visto que depende da amplitude dos conhecimentos que o interlocutor tem representados em sua memória. A não apreensão do texto-fonte, nesses casos, empobrece ou praticamente impossibilita a construção de sentidos próximos àqueles visados pelo locutor.

Acredito que a noção de *détournement* - termo que, na falta de uma tradução que me pareça satisfatória, prefiro manter no original - tal como formulada por GRÉSILLON & MAINGUENEAU (1984), se ampliada, seria capaz de subsumir grande parte dos casos de intertextualidade implícita. Segundo esses autores, o "*détournement* consiste em produzir um enunciado que possui as marcas lingüísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos" (p.114). Preconizam a existência de um *détournement* de tipo lúdico, simples jogo com a sonoridade das palavras, como aqueles que as crianças - mas não só elas - gostam de inventar, que não esteja a serviço de uma manobra política ou ideológica, a par de outro de tipo militante, que visa a dar autoridade a um enunciado ou a destruir

aquela do provérbio em nome de interesses das mais diversas ordens. Aqui, o objetivo é, pois, levar o interlocutor a ativar o texto original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original. Os autores reconhecem que essa distinção coloca problemas de fronteira, mas acreditam que possui valor operatório.

Gostaria de postular a extensão desse conceito a diversas formas de intertextualidade implícita, já que, em todas elas, tem-se algum tipo de alteração - ou adulteração - de um texto-fonte (que, no entanto, precisa ser reconhecido, salvo nos casos de plágio a que me referi acima), visando à produção de sentidos. Entre tais alterações, ou operações de retextualização (cf. MARCUSCHI, 1991), podem-se mencionar as seguintes, muitas delas exaustivamente tratadas por FRASSON (1991), de quem, inclusive, tomo a liberdade de emprestar a maior parte dos exemplos e cuja leitura veementemente recomendo:

- substituição:

- de fonemas:

(1)

E0: "Prepare-se para levar um susto"

E1: "Prepare-se para levar um surto" (anúncio relativo ao tema "Não jogue lixo nas ruas", com o qual a MPM Propaganda participou de concurso promovido pelo jornal "Folha de São Paulo" sobre "Os maiores pecados do brasileiro", tendo obtido o primeiro lugar).

(2)

E0: "Penso, logo existo"

E1: "Penso, logo hesito" (Luís Fernando Veríssimo, "Mínimas")

de palavras:

(3)

E0: "Quem vê cara, não vê coração"

E1: "Quem vê cara não vê AIDS" (VEJA, 17/2/1988, propaganda do Ministério da Saúde).

E2: "Quem vê cara, não vê falsificação" (VEJA, 16/03/1988, publicidade dos relógios Citizen)

"Até que a bebida os separe" (VEJA, 18/07/1988, mensagem da AAA).

(4)

E0: "Quem espera sempre alcança"

E1: "Quem espera nunca alcança" (Chico Buarque, "Bom Conselho")

acréscimo:

(5)

E0: "Devagar se vai ao longe"

E1: "Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo".

E0: "Devagar se vai ao longe"

E1: "Devagar é que não se vai ao longe" (Chico Buarque, Bom Conselho)

(6)

E0: "É pau. É pedra. É o fim do caminho"

E1: "É pau. É pedra. Mas não é o fim do caminho" (VEJA, 25/05/1988, anúncio da Coca-Cola).

(7)

E0: "Quem vê cara, não vê coração".

E1: "O Instituto de Cardiologia não vê cara, só vê coração".
(Zero Hora, 07/10/1990, propaganda do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul).

- supressão:

(8)

E0: "Para bom entendedor, meia palavra basta"

E1: "Para bom entendedor, meia palavra bas." (Luís Fernando Veríssimo, Mínimas)

(9)

E0: "O que os olhos não vêem, o coração não sente".

E1: "O que os olhos vêem o coração sente" (VEJA, Suplemento Publicitário, publicidade de Brinquedos Estrela)

E1: "O que os olhos vêem o coração sente"(A RAZÃO, 5/06/1991, publicidade do Clube dos Lojistas, sugerindo a compra de presentes para o Dia dos Namorados).

- transposição:

(10)

E0: "Pense duas vezes antes de agir"

E1: "Aja duas vezes antes de pensar" (Chico Buarque, Bom Conselho)

(11)

E0: "Mais vale um pássaro na mão do que dois voando"

E1: "Mais vale um pássaro voando do que dois na mão" (Campanha ecológica: "Respeite a Natureza", veiculada pela "Zero Hora", em 13/06/1989).

E2: "Mais vale um passarinho na mão do que dois tucanos" (VEJA, 02/10/1991, João Soares, "Provérbios do Planalto").

Como se pode verificar a partir dos exemplos apresentados, o *détournement* envolve, em grande parte dos casos de subversão, uma contradição do intertexto, através da negação de uma parte ou do todo, ou do apagamento da negação que ele encerra, bem como do acréscimo de adversativas.

Através destas formas de retextualização, operam-se, portanto, diversos tipos de *détournement*, entre os quais podem-se mencionar:

- a. *détournement* de provérbios, frases feitas, títulos de filmes ou obras literárias, muito freqüente, por exemplo, na publicidade, no humor, na música popular, em "charges" políticas, etc. Além de todos os exemplos acima apresentados, como também da música "Bom

Conselho, de Chico Buarque de Hollanda, e dos textos humorísticos (irônicos) "Provérbios do Planalto", de Jô Soares, publicado na Revista VEJA e "Mínimas", de Luís Fernando Veríssimo (que exemplificam todos os tipos de *détournement* aqui descritos e seguem em apêndice), vejam-se ainda os exemplos seguintes:

(12)

E0: "O paciente inglês"

E1: O impaciente francês - em publicidade da Renault, apresentada em outdoors

(13)

E0: "No Dia das Mães, dê um presente

E0: "Mãe só tem uma"

E1: "No Dia das Mães, dê um anel Dreysun. Afinal, mãos só tem duas" (anúncio da Joalheria Dreysun, publicada na Revista VEJA, por ocasião do Dia das Mães).

(14)

E0: " Vou-me embora pra Pasárgada

Lá sou amigo do rei..." (Manuel Bandeira)

E1: "Fui-me embora de Pasárgada...

(Lá tem amigos do rei DEMAIS)" (Charge de Negreiros, publicada no jornal "O Estado de São Paulo" de 10/05/1991, em que aparece a ministra Zélia Cardoso de Mello, com uma trouxa no ombro, em atitude de retirada).

b. *détournement* de textos ou títulos de textos literários - comum não só na publicidade e na propaganda, mas também em outros textos literários. Um dos exemplos mais freqüentemente citados é o da "Canção do Exílio", de Gonçalves Dias, que tem servido de intertexto a uma série de outros textos (de Casimiro de Abreu, Murilo Mendes, Oswald de Andrade, Mário Quintana, Dalton Trevisan, Jô Soares, Cacaso, Paulo Mandes Campos, José Paulo Paes, além do Hino Nacional Brasileiro e da Canção do Expedicionário), tanto em termos de captação, como de subversão. Outro texto que tem sido freqüentemente objeto de *détournement* é "Vou-me embora pra Pasárgada", de Manuel Bandeira, para citar apenas alguns, já que o campo é extremamente vasto. Aliás, cabe aqui questionar se, quando se tem um novo texto, com *détournement* já no título, trata-se de intertextualidade implícita (solução que prefiro, já que não há menção explícita da fonte do intertexto) ou de intertextualidade explícita, garantida pelo título. Transcrevo aqui a "Canção do Exílio Facilitada", de José Paulo Paes, exemplo magistral de redução e de criatividade (captação? subversão?):

(15) Canção do Exílio Facilitada

José Paulo Paes

lá?

ah!

sabiá...

papá...

maná...

sofá...

sinhá...

cá?

bah!

c. *détournements* de provérbios, frases feitas, passagens bíblicas, etc. em enunciados do tipo concessivo (operações de contrajunção), por meio de adjunções, como no exemplo "Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo, acima mencionado, extraído do texto "Mínimas", de Luís Fernando Veríssimo, ao lado de outros que apresento a seguir:

(16) "Os últimos serão os primeiros, mas só em caso de retirada".

(17) "A mentira tem pernas curtas, mas, ultimamente, as costas quentes".

(18) "É mais fácil um camelo passar pelo olho de uma agulha do que um rico entrar no reino do céu sem subornar o porteiro".

Tais *détournements*, quando militantes, têm sempre valor persuasivo, cabendo notar, porém, que, com base no mesmo intertexto, é possível muitas vezes argumentar em sentidos opostos, independentemente do fato de tratar-se de captação ou subversão. É claro que, sendo o mesmo texto-fonte inserido em dois contextos diferentes, um em que há captação, outro em que ocorre a subversão, a orientação argumentativa será diferente. Contudo, ela poderá ser também diferente em se tratando de dois casos de subversão. Tudo vai depender, evidentemente, do contexto mais amplo em que o texto que sofreu o *détournement* se encontra inserido, tanto do co-texto, quanto do entorno visual (ilustrações, gráficos, etc.), ou, ainda, do contexto situacional imediato ou mediato.

Convém lembrar, contudo, que existem também casos de intertextualidade implícita sem *détournement*, isto é, em que o intertexto não apresenta modificações na forma, apenas passando a fazer parte de um novo contexto, isto é, "recontando-se", para permitir a construção de novos sentidos, como diria Rubem Alves, cujo texto - "A aldeia que nunca mais foi a mesma" -, publicado na coluna Ciência e Sociedade, da "Folha de São Paulo", de 19/04/1984, aqui reproduzo em parte, destacando os casos de intertextualidade:

(...) Não, não é à toa que conto esta estória. Foi quando eu soube da moret - ela cresceu dentro de mim. Claro que eu já suspeitava: os cavalos de guerra odeiam crianças, e o bronze

das armas odeia canções, especialmente *quando falam de flores*, e não se ouve o rufar lúgubre dos tambores da morte. Foi naquele dia, fim de abril, o mês do céu azul e do vento manso. Eu sabia da morte, mas havia em mim um riso teimoso, desafio, como se algo tivesse nascido, mais forte que o carrasco, esperança, visão de coisas que eu não sabia vivas. Foi então que me lembrei da estória. Não, foi ela que se lembrou de mim, e veio, para dar nome aos meus sentimentos, e se contou de novo. Só que agora os rostos anônimos viraram rostos que eu vira, *caminhando, cantando, seguindo a canção*, risos que corriam *para ver a banda passar contando coisas de amor*, os rjões, as buzinas, sinfonia que se tocava, sobre a desculpa de um morto..." (...)

3. Polifonia x Intertextualidade

O conceito de polifonia é mais amplo que o de intertextualidade. Enquanto nesta, como ficou demonstrado acima, faz-se necessária a presença de um intertexto, cuja fonte é explicitamente mencionada ou não (intertextualidade explícita x intertextualidade implícita, respectivamente), o conceito de polifonia, tal como elaborado por DUCROT (1980, 1984) exige apenas que se representem, encenem (no sentido teatral), em dado texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes - daí a metáfora do "coro de vozes", ligada, de certa forma, ao sentido primeiro que o termo tem na música, de onde se origina.

Há casos de polifonia em que tais perspectivas são explicitamente apresentadas, isto é, nos quais, em um mesmo enunciado, se tem mais de um locutor, e que correspondem ao que venho denominando de intertextualidade explícita. Por outro lado, tem-se aqueles casos em que, no mesmo enunciado, "encenam-se" no interior do discurso do locutor perspectivas ou pontos de vista representados por enunci-

adores - reais ou virtuais - diferentes, isto é, em que estes não necessitam servir-se, necessariamente, de textos efetivamente existentes. Quando se incorporam textos anteriormente atestados, como é comum na ironia, na paródia, na alusão, etc., tem-se a intertextualidade implícita; quando tal não acontece, já não se trata de intertextualidade (que, como vimos, exige a presença de um intertexto), mas apenas de polifonia.

É esta razão que me tem levado a considerar a noção de polifonia como mais ampla do que a de intertextualidade, englobando-a como uma das mais importantes de suas manifestações. E tanto um como outro desses fenômenos são atestações cabais da (inevitável) presença do outro nos jogos de linguagem.

Referências bibliográficas

- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Ed. de Minuit, 1991.
- CHRISTOFE, L. *Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1996.
- FRASSON, R. M. D. *A intertextualidade como recurso de argumentação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 1991.
- GARROD, S.C. Incremental pragmatic interpretation versus occasional inferencing during fluent reading. In.: RICKHEIT, G. & H. STROHNER (eds.), *Inferences in text processing*, North-Holland:Elsevier, 1985.

-
- GRÉSILLON, A . & D. MAINGUENEAU. "Polyphonie, proverbe et détournement". *Langages* 73, 1984:112-125.
- KOCH, I.G.V. "A intertextualidade como critério de textualidade".In.: FÁVERO, L.L. & M.S.Z. PASCHOAL (orgs.). *Linguística textual: texto e leitura*. São Paulo: EDUC, 1985:39-46 (Série Cadernos PUC, no.22)
- _____. "Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno?". *D.E.L.T.A.*, vol.7 (2), São Paulo: EDUC, 1991:529-542.
- _____. "O funcionamento polifônico da argumentação". *Investigações*, vol.4, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994:31-36.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MARCUSCHI, L.A . *Da fala para a escrita*. Recife, 1993 (mimeo).

Apêndice

Bom Conselho

Ouçã um bom conselho
Eu lhe dou de graça
Inútil dormir que a dor não passa
Espere sentado
ou você se cansa
Está provado: quem espera nunca alcança
Venha meu amigo, deixa esse regaço
Brinque com meu fogo, venha se queimar

Faça como eu digo
Faça como eu faço
Aja duas vezes antes de pensar
Corro atrás do vento, vim não sei de onde
Devagar é que não se vai ao longe
Eu semeio vento na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade

(Chico Buarque de Hollanda)

Mínimas

Em terra de cego, quem tem um olho emigra.
Em terra de cego, o trânsito deve ser uma loucura.
Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo.
Deus ajuda quem cedo madruga na fila do INAMPS.
A pressa é inimiga da refeição.
Os últimos serão os primeiros, mas só em caso de retirada.
Quem semeia ventos não tem subsídio do governo.
Quem espera é sempre alcançado.
Quem diz o que quer, ouve voz de prisão.
Quem tem boca, e os 22 mil para o depósito, vai a Roma.
Quem tem boca vai a Roma, exilado.
A mentira tem pernas curtas, mas, ultimamente, as costa quentes.
Miséria pouca é miragem.
Para bom entendedor, meio palavra bas.
Pense duas vezes antes de agitar.

Alegria em case de pobre deve ser o rádio.
Quando um não quer, dois obrigam.
É mais fácil um camelo passar pelo olho de uma agulha do que um rico entrar no reino do céu sem subornar o porteiro.
O sol nasce para todos.
Quem vê carro não vê coração.
Penso, logo hesito.
Todo otimista é mal-informado.
A justiça tarda e com a nova lei da magistratura vai tardar ainda mais.
Hoje em dia, é mais fácil pegar uma coxa do que um mentiroso.
Um é pouco, dois é bom, três já é sexo grupal.
Deus é brasileiro mas não mora aqui.

(Luís Fernando Veríssimo)

Provérbios do Planalto

A comissão faz o ladrão.
Mais vale um Passarinho na mão do que dois tucanos.
Pior o Emendão que o soneto.
A cargo dado não se olha o dente.
Quem vê cara não vê coalisão.
Devagar se vai ao lago.
Deus ajuda lobista que madruga.
Quem tem boca vai e arruma.
De grão em grão o café enche o bolso.
Quem tem PC não morre pagão.

Os cães ladram e a Malta passa.
Quem canta seus Mellos espanta.
Quando a esmola é muita o lobby desconfia.
Quem rouba 1 tostão é ladrão, quem rouba 1 milhão está defasado.
Depois da impunidade vem a bonança.
Quem semeia ventos faz a maior importação de grãos da história.
Licitação e água benta, cada um usa a que quer.
Aqui se faz aqui se pega.
Há malas que vem para o bem.
A corrupção tem razões que a própria razão desconhece.
Quem emenda sempre alcança.
Uma aliança só não faz verão.
Em briga de marido e mulher ninguém deve meter a colher.
Quando não Malta, esfola.

(Jô Soares, VEJA, 02/10/1991)